

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 137.484

ENTIDADE: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES, exercício de 2019.

RESPONSÁVEIS: Carlos Gabriel Costa Garcez e Claire Maria Carvalho Cameli

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 12.139/2020

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO.

Constatada a regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1.420ª (milésima quatrocentésima vigésima) Sessão Plenária Virtual, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR** a Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FADES**, relativa ao exercício de 2019, de responsabilidade dos **SRS. CARLOS GABRIEL COSTA GARCEZ e CLAIRE MARIA CARVALHO CAMELI**, considerando-a **REGULAR**; **2) NOTIFICAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que informe as providências que estão sendo adotadas para operacionalização da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FADES**, considerando a ausência de efetividade detectada nestes autos, e **3) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 15 de outubro de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 137.484

ENTIDADE: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES, exercício de 2019.

RESPONSÁVEIS: Carlos Gabriel Costa Garcez e Claire Maria Carvalho Cameli

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FADES**, relativa ao exercício de 2019, de responsabilidade dos **SRS. CARLOS GABRIEL COSTA GARCEZ e CLAIRE MARIA CARVALHO CAMELI**¹.
2. Em 08 de maio de 2020, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*², da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.
3. Após a autuação, registro e distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 27), houve o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares** as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FADES** (fls. 41/45).
4. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, o i. Procurador Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira se manifestou pela regularidade das contas apresentadas, com fundamento no artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93 (fl. 51).
5. É o Relatório.

¹ Períodos de gestão, respectivamente: 1º-01-2019 a 26-05-2019 e 27-05-2019 a 31-12-2019;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 137.484 (Acórdão n. 12.139/2020/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

6. Rio Branco, 15 de outubro de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 137.484

ENTIDADE: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES, exercício de 2019.

RESPONSÁVEIS: Carlos Gabriel Costa Garcez e Claire Maria Carvalho Cameli

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FADES**, relativa ao exercício de 2019, de responsabilidade dos **SRS. CARLOS GABRIEL COSTA GARCEZ e CLAIRE MARIA CARVALHO CAMELI**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013 (6ª edição do Manual de Referência), tendo sido encaminhada tempestivamente e com documentação necessária ao seu processamento (Anexo VII);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** (fls. 02/03) pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, tendo,

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 137.484 (Acórdão n. 12.139/2020/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

ainda, encaminhado a autorização para consultar a movimentação das contas bancárias e parecer sobre as contas da entidade emitido pelo Controle Interno, consoante previsto nos itens II, III e XIV;

c) o Órgão apresentou as “Declarações de Nada Consta” para os itens III a VI e VIII a XII do Anexo VII, da Resolução n. 87/2013⁵, atendendo dessa forma o disposto do § 3º do artigo 2º da referida Resolução⁶, cabendo destacar que houve no exercício a movimentação do montante de R\$ 3.179,54 (três mil cento e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), pago a título de auxílio-funeral⁷;

d) prosseguindo, a diminuta, quase irrisória, destinação de recursos à **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FADES** confirma-se pelo teor da Lei Estadual n. 3.470, de 28-12-2018⁸, que estimou receitas e despesas no patamar de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e pelo **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, bem como pelo **RELATÓRIO SINTÉTICO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS**, não tendo havido suplementações ou anulações;

e) quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL** e a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**, verificou-se a destinação de bens para outras unidades⁹ (fls. 16/19), havendo o registro do patrimônio líquido de apenas R\$ 191,15 (cento e noventa e um reais e quinze centavos).

⁵ IV. Justificativa para o cancelamento e prescrição de restos a pagar;

V. Relatório da dívida fundada de forma individualizada e com suas especificações;

VI. Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo e respectivas conciliações bancárias, inclusive as contas bancárias que apresentarem saldos zerados;

VII. Relação de todas as contas bancárias abertas ou encerradas no exercício;

VIII. Relatório sintético dos decretos de abertura de créditos adicionais;

IX. Demonstrativos dos recursos concedidos, por meio de convênios, acordos, ajustes celebrados, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres e suas alterações, por subvenção, doação, auxílio ou contribuição, justificando os saldos remanescentes de exercícios anteriores e os valores pendentes, ou em aberto, no exercício;

X. Demonstrativo das obras contratadas e suas alterações;

XI. Demonstrativo das concessões e comprovações dos suprimentos de fundos;

XII. Demonstrativo das diárias;

XIII. Atualização do inventário analítico dos bens móveis e imóveis e relação detalhada de máquinas e veículos considerando as aquisições e baixas ocorridas no exercício findo, nos termos dos arts. 94 a 96 da Lei nº 4.320/64;

XIV. Relatório de movimentação do almoxarifado, apresentando o saldo inicial, entradas e saídas e saldo final do exercício findo;

⁶ § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;

⁷ Servidor Edson Teixeira Maia, pertencente ao quadro efetivo da Fades;

⁸ Publicada no Diário Oficial do Estado n. 12.461, de 31-1-2-2018;

⁹ No montante de R\$ 58.144,44 (cinquenta e oito mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos);

Processo TCE n. 137.484 (Acórdão n. 12.139/2020/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93¹⁰, pela:

3.1 APROVAÇÃO da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FADES**, relativa ao exercício de 2019, de responsabilidade dos **SRS. CARLOS GABRIEL COSTA GARCEZ e CLAIRE MARIA CARVALHO CAMELI**, considerando-a **REGULAR**;

3.2 NOTIFICAÇÃO do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que informe as providências que estão sendo adotadas para operacionalização da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FADES**, considerando a ausência de efetividade detectada nestes autos, e

3.3 REMESSA dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 15 de outubro de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

¹⁰ Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;
Processo TCE n. 137.484 (Acórdão n. 12.139/2020/Plenário)